

"Os fascistas portugueses preparam a contra-revolução"

PERICLES LEAL entrevista JOSÉ CARDOSO PIRES
(Exclusivo do "CORREIO BRAZILIENSE")

José Cardoso Pires está alinhado no primeiro plano da inteligência portuguesa contemporânea, não somente pela sua obra literária, como pelas posições assumidas na vida do seu País. Na longa noite da ditadura salazarista-caetanista, manteve-se sempre de pé, vigilante e indomável. Contando com público fiel em Portugal, é um dos escritores mais lidos de sua pátria. Autor de uma obra de grande importância, merece ser conhecido e admirado deste lado do Atlântico. Engajado no dia-a-dia do Novo Portugal, José Cardoso Pires está intrincheirado no Diário de Lisboa. E atua em todas as frentes, acompanhando minuto a minuto, vivendo cada segundo do renascimento português. O seu depoimento, como se segue, revela muito do temperamento apaixonado desse democrata autêntico e do escritor corajoso e vibrante.

P.L. - O que significou o 25 de Abril para o povo português e quais as perspectivas do amanhã?

J. C. P. — O 25 de Abril, ao abater o fascismo, não trazia qualquer veiculação específica com os partidos da Oposição. Contava com a imediata adesão do Povo logo que desencadeasse o ataque ao Poder e foi essa viva e esmagadora resposta popular que encheu de pavor o bando de Caetano e o fez levantar os braços tão cedo. Não tivemos portanto no 25 de Abril o "dia longo" das revoluções sangrentas que se disputam bairro a bairro, tiro a tiro, com formações de brigadas civis, guerrilhas, saques, tudo isso, e com as inevitáveis divergências partidárias que se fermentam no curso de uma batalha demorada. Tivemos, sim, uma arrancada de unidade que vinha da experiência da resistência comum, desenhada na paz negra do fascismo.

Saimos então da noite para o dia, de braços abertos e fizemos da nossa operação de libertação uma festa de rua. Acordamos, e toda a nossa paisagem social se transformava já — todo o nosso quotidiano, quero dizer: a nossa maneira de olhar e de agir, a voz e o convívio, o próprio gosto de nos descobrirmos entre estranhos, nós que éramos tão retraídos, tão isolados. Riscaram-se as paredes com "slogans" e com imaginações, abrimo-nos à discussão política, ao comício, vieram greves, experiências de democracia. Era como se subitamente nos tivéssemos tornado adultos e estivessemos a praticar lições que cada qual sabia inconscientemente e guardava dentro de si e que agora eram corrigidas a todo o instante para não nos perdermos.

Salazar e Caetano cansaram-se de "lamentar" a nossa incapacidade congênita de vivermos em democracia. Acenavam-nos com o fantasma do terror nas ruas, com a miséria e a destruição dos altares. E agora que viemos à rua e ocupamos o nosso país, assombriamo-nos com a maturidade de que afinal estamos dotados.

Esta abertura, esta descompressão, manifesta-se já em todos os setores internos do país: na praxis política, na alegria de viver, no novo perfil da cidadania, descomplexado e ativo. Temos porém apenas três meses de experiência, somos a mais jovem democracia do Mundo. E herdamos uma bancarrota econômica cuidadosamente enfeitada com subterfúgios e negociatas internacionais. Recebemos como saldo de 50 anos de paternalismo três guerras coloniais que nos absorvem 47% do orçamento nacional, 3 mil pides (polícia política), 80 mil informantes (dados oficiais), 2 milhões de emigrantes econômicos, culturais e políticos.

No plano internacional deixamos de ser "orgulhosamente sós", como proclamava Salazar. Ainda mal nascemos e já nos encontramos no convívio das nações atualizadas. Esta circunstância permitiu-nos regressar à UNESCO, ao intercâmbio a todos os níveis com os países desenvolvidos e desfrutar de apoios de fomento social, financeiro e educativo.

P. L. — O império colonial português era um anacronismo perigoso e algo vexatório, inclusive para nosso relacionamento (Brasil/Portugal). Qual, a seu ver, a solução para as colônias portuguesas da África?

J. C. P. — A independência total. Aqui não esqueçamos que o processo de descolonização tem métodos diferentes em cada um dos três países africanos e que há problemas de desocupação econômica e militar que afetam não só o equilíbrio desses territórios como o da nossa estabilidade interior. Teremos que agir em franca colaboração com os movimentos libertadores e não em termos de "abandonar o caos" que ali criamos. Quanto a mim, esse é o encargo suplementar que ainda nos cabe no rescaldo da aventura salazarista. Só desse modo poderemos contribuir para que as novas nações se não vejam desde logo minadas por dissidências étnicas ou tribais e possam resistir aos oportunismos de certas formas de colonização evoluídas que as espreitam. A reestruturação administrativa e o fomento agrícola e industrial ao nível da pequena e média empresas são as áreas mais importantes onde a experiência portuguesa pode ser útil aos africanos. Além do denominador cultural, bem entendido.

P. L. — Qual o relacionamento ou os contatos entre os escritores portugueses e a inteligência africana dos territórios ocupados?

J. C. P. — Ao contrário do que se possa pensar, os escritores portugueses só excepcionalmente dispunham de contatos atualizados com a literatura produzida nas colônias. Havia alguns especialistas, raros — e principalmente letrados do Regime instalados à sombra do Ministério do Ultramar e da Fundação Gulbenkian, que fabricava uma paisagem "oficial" da cultura africana. No resto, pouca coisa e difícil de se exprimir. Estávamos em guerra, é bom não esquecer. Antes, esses países eram regiões colonizadas onde a "voz exótica" chegava a Portugal ainda sob o ângulo paternalista da cultura folclórica ou etnográfica. Depois tornaram-se zonas inimigas: suspeito qualquer contato entre ambas as partes. As segregações intelectuais e a vigilância policial mostraram-se ferozmente ativos em particular no Ultramar, onde os livros saídos em Lisboa eram submetidos a várias censuras locais, inclusive a militar.

Tudo isto correspondia a uma forma aguda de um alheamento cultural que vinha de longe. Se pusermos de lado os cronistas da Conquista e da Colonização percebemos como é escandalosamente pobre a literatura portuguesa sobre a África ou de inspiração africana. Um romancista apenas até aos anos 50: Castro Soromenho. Mais recentemente alguns poetas de qualidade (contam-se pelos dedos) em Angola e Moçambique: Rui Knopff e António Quadros, entre os melhores. Depois Luandino Vieira, prosador branco que valorizou a língua portuguesa com algumas sintaxes e arranjos vocabulares, radicados nas experiências linguísticas dos musseques de Luanda.

Quanto ao futuro, estou mais que certo de que se anunciam perspectivas de grande amplitude na vida cultural dos nossos países. Quer a FRELIMO (Moçambique), quer a MPLA (Angola), quer o PAIGC (Guiné) defendem desde há muito e publicamente a permanência da língua portuguesa nos quadros de ensino. Os seus líderes são em grande parte homens de formação universitária que estudaram aqui, em Lisboa, ou em Coimbra. Alguns são naturais de Cabo Verde, arquipélago de alto nível cultural, especialmente no setor literário, com ligações íntimas com Portugal. Agostinho Neto, responsável do exército de libertação angolano é, ele mesmo, poeta com obra original em português, e o meu amigo Pinto de Andrade, outro chefe do mesmo movimento, fez os seus estudos em Lisboa e, como tantos outros, participou da nossa Resistência ao fascismo durante os anos 50.

P. L. — Qual a sua posição no Novo Portugal?

J. C. P. — A mesma posição que sempre assumi: viver o meu país em verdade. Estar comprometido nele como cidadão e como escritor.

P. L. — Alguns excessos verificados estão gerando repressões que nos deixam preocupados com o futuro da democracia portuguesa. É verdade que tanto "excesso" como "repressão" são aqui empregados com certa reserva. Você que está vivendo no cenário dos acontecimentos pode esclarecer melhor o leitor brasileiro. Lembre-se do Chile...

J. C. P. — Excessos? Quais excessos? Quantas pilhagens, mortes ou represálias foram cometidas até agora por populares ou partidários da democracia de qualquer partido? Nem uma só. E quem matou depois do 25 de Abril? a PIDE, que minutos antes de se render ainda lançou rajadas de fogo sobre a multidão que a cercava. Quem queima as searas do Alentejo? Os lavradores; não os camponeses que os servem. E quem pratica diariamente agressões ideológicas? Os fascistas de ontem que se passeiam impunemente na vida pública. Claro, estamos a aprender democracia, a democracia é uma atitude de constante correção. Procuramos estabilizá-la nos seus dois setores de base, o econômico e o ideológico e deste último fazem parte a politização geral do país e o saneamento político. Mas também aqui, no saneamento, a tolerância foi (perigosamente) o princípio adotado. É que estamos traumatizados pela experiência repressiva que sofremos e recusamos por escrupulo natural, a indentificarmos com os métodos fascistas.

Isto, sim, pode levar, tem estado a levar, a erros. Não a erros por excesso mas erros por defeito. A maior parte dos responsáveis do fascismo continua em liberdade - e, naturalmente, prepara a contra-revolução. Dia a dia a vamos sentindo despertar mas nem por isso cedemos ao alarme e nos desviamos das linhas de liberdade. Uma forma de repressão, mesmo a mais legítima e a mais circunstancial nunca se sabe até que limites se prolonga e por quanto tempo se instala... Foi assim com as censuras (que surgiram sempre a título provisório e, no nosso caso, ficou por 48 anos) e foi assim com outras medidas de segurança, decretadas sempre a título eventual...

Portanto, não os excessos da democracia que aqui, Portugal, podem provocar como resposta uma nova ditadura. É o fascismo derrotado que os está já a praticar, utilizando as leis da liberdade comum. É ele e só ele que se excede: que mobiliza os padres das aldeias do Nordeste contra as campanhas do analfabetismo; que queima searas; que organiza a rebelião dos pides presos na Penitenciária de Lisboa; que envia agentes aos bairros de emigrantes de Paris desencorajando-os de remeter dinheiro para Portugal; que tentou o golpe das direitas do chefe do primeiro Governo Provisório, Palma Carlos; que em África, pela mão do financeiro Jorge Jardim, cria guerrilhas de mercenários; que prepara (vide recente Pastoral dos Bispos) um clima de Igreja contra o Estado. Contra isto, sabemos-lo bem, só uma prática democrática das instituições pode servir de proteção. Hoje, mais do que nunca, mergulhamos como aviso, nas lições do passado recente. A Espanha da guerra franquista... Os anos atraídos da nossa Primeira República... O Chile... (Sim, lemos o Chile, o Chile não nos sai da memória). Mas esse é o nosso grande risco, ou não fosse a Democracia a forma mais difícil de governar — a mais bela por isso mesmo.

P. L. — Qual a paisagem do escritor que, subitamente, desperta diante dos mais vastos horizontes de liberdade, como ocorreu após 25 de Abril?

J. C. P. — A liberdade é para mim, mais do que um instinto natural, uma relação de forças entre o indivíduo e o meio. Há, pois, experiência, lições de liberdade que permitem tornar mais rápida e mais fecunda a sua germinação.

P. L. — Quais as perspectivas abertas para a literatura portuguesa com o restabelecimento da liberdade de expressão?

J. C. P. — Não sei, ainda não tive tempo (nem gosto) de repensar a literatura portuguesa que fizemos até aqui. Acho que as urgências e a temperatura política do momento não permitem por enquanto aquela estabilidade de relações com o meio indispensável a criação literária. Por certo que todos nós estamos criando, mesmo inconscientemente, uma nova atitude perante o país. Uma nova relação de responsabilidade e de empenhamento individual e coletivo. Isso modificará nalguma medida a nossa expressão mais íntima, penso eu.. E sem censuras, também a nossa maneira exterior de se modificará com o tempo. Por outro lado, a abertura dos **mass média** e o convívio cultural em áreas até aqui interditas - no campo, na fábrica, na escola — levarão forçosamente à criação de novos textos literários mais diretamente relacionados com o espetáculo, a festa cultural, o meeting político, as campanhas escolares, etc.